



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **E**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

### **PARECER CONJUNTO**

#### **OBJETO**

Projeto de Lei nº 45/07, de iniciativa do Poder Executivo Municipal de Campo Largo, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 1.200, de 27.06.96, que trata da organização das carreiras funcionais dos servidores públicos Municipais de Campo Largo, reestrutura o Grupo Ocupacional Profissional – PR, o Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo – TA e o Grupo Ocupacional Fisco-Contábil – FC da Municipalidade.

#### **RELATÓRIO**

Através desta proposição legislativa, o Poder Executivo Municipal pretende rever as remunerações dos servidores públicos destas categorias profissionais, promovendo seus reenquadramentos, regulamentando a concessão de benefícios e a criação do cargo público de “Secretario Escolar”.

Alega que esta revisão salarial corresponde a um ajustamento que se impõe como necessária para o restabelecimento da isonomia salarial entre os servidores públicos municipais destes grupos ocupacionais em relação aos demais segmentos do quadro de pessoal que já foram contemplados com recomposições desta natureza.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADO DO PARANÁ

---

### FUNDAMENTAÇÃO

A matéria em apreço pode ser processada regularmente nesta Casa de Leis, por ser de competência do Poder Executivo Municipal, de acordo com previsões contidas nos incisos I, IV e V, do art. 67, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo, e nos incisos I, IV e V, do art. 132, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Em relação às questões financeiras, sob a análise pela Comissão de Finanças e Orçamento, cumpre destacar que os reflexos decorrentes da aplicação desta lei não afetam e nem comprometem os limites de despesas públicas permissíveis e estimadas orçamentariamente.

De outra parte, no âmbito da Comissão de Justiça e Redação desta Casa de Leis, ressalta-se que a teor do estatuído no artigo 37, X, combinado com o artigo 39, parágrafo 1º, da Constituição Federal, não se fere o princípio de isonomia de remunerações no caso vertente, por se tratar na espécie, de reestruturação do plano de cargos, salários e de carreira para a correção de distorções que atingem diversos segmentos ou classes de servidores, consoante já esclarecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no Acórdão nº 19.117, da 1a. Câmara Cível.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADODOPARANÁ


Gabinete da Presidente

### VOTO


Em assim sendo, na verificação da inexistência de vícios de origem para o conhecimento deste expediente legislativa e por se revestir a matéria de constitucionalidade, de legalidade e de técnica jurídica, os Membros da Comissão de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Campo Largo, em reunião conjunta, à unanimidade de votos, decidem recomendar ao plenário o conhecimento e a votação do Projeto de Lei nº 45/07, por ser de direito.

É o parecer!

#### Comissão de Finanças e Orçamento


  
**Carlos Ivan Norberto**  
Presidente

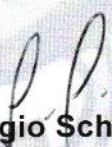
  
**Sergio Schmidt**  
Relator

  
**Tereza de Jesus de Moraes**  
Membro

#### Comissão de Justiça e Redação

  
**Luiz Carlos Cecato**  
Presidente

  
**Paulo Castagnoli**  
Relator

  
**Sergio Schmidt**  
Membro